

EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESCOLAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

ESCOLAR ENVIRONMENTAL EDUCATION AND LOCAL DEVELOPMENT: a necessary relationship

Gustavo Pereira Pessoa

Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Congonhas
gustavo.pessoa@ifmg.edu.br

Resumo

Este texto tem por objetivo de discutir a Educação Ambiental na escola como uma estratégia para a promoção do desenvolvimento local. A discussão proposta se baseia nas definições base da Educação Ambiental e de desenvolvimento local, onde a participação política das pessoas é ponto comum nestes dois conceitos. Desta forma é demonstrado que há grande relação entre a Educação Ambiental e a forma de desenvolvimento adotada em uma comunidade. Como era de se esperar os problemas enfrentados na prática da Educação Ambiental na escola também se mostram obstáculos na utilização da mesma como mecanismo auxiliar de iniciativas que se pautam pelos princípios do desenvolvimento local. Na última seção do texto foi feita uma discussão destes limites e houve a proposição de possíveis ações para minimizar os desafios na construção de comunidades mais sustentáveis baseadas nos princípios norteadores da Educação Ambiental.

Palavras-chave: Educação Ambiental, desenvolvimento local, Educação Ambiental escolar, educação e desenvolvimento

Abstract

This paper aims to discuss environmental education in school as a strategy for promoting local development. The proposed discussion is based on definitions of environmental education and local development, where the political participation of people is a common point in these two concepts. Thus it is shown that there is great relationship between environmental education and the shape of development adopted in a community. As one would expect the problems faced in the practice of environmental education in schools also were obstacles to its use as an auxiliary mechanism of initiatives that are guided by the principles of local development. In the last section of this text was made a discussion of the limits was to propose possible actions to minimize the challenges in building more sustainable communities based on the guiding principles of environmental education.

Key words: environmental education, local development, environmental education school, education and development

Introdução

Este artigo tem como foco central discutir a possibilidade de utilização da Educação Ambiental (EA) como estimulador da participação social para a promoção do desenvolvimento local. No texto será exposto o potencial que a EA tem em desempenhar esta função, bem como os desafios para a efetivação desta proposta.

A idéia de desenvolvimento local vem se mostrando uma boa saída para promover o alavancar o desenvolvimento de localidades baseado em princípios como sustentabilidade, aproveitamento de potencial endógeno local e da participação da população nos processo de tomada de decisão. O desenvolvimento local deve se estruturar principalmente sobre pressuposto da participação da população local na construção de cada etapa do processo. Por este motivo é fundamental que, em iniciativas que visem estimular o desenvolvimento local sustentável, haja uma preparação da população, para que esta participe e determine a dinâmica de desenvolvimento direcionadas as demandas locais. A participação da população deve ser o ponto central de qualquer iniciativa desta natureza, pois quem vive os problemas os conhece e os percebe de maneira privilegiada, sendo os mais propensos a indicar soluções e direcionamentos para os processos a serem implantados na região e adotados pelos gestores responsáveis.

Apesar de vivenciarem seus problemas e serem potenciais propositores de soluções viáveis, a população local necessita de um acompanhamento e de apoio técnico que permita uma sensibilização deste público para a importância da participação na construção de um modelo de desenvolvimento mais democrático e dinamizador dos potenciais locais. É fundamental que a população seja estimulada a participar ativamente da vida política nos variados espaços de discussão e lutar por um modelo de desenvolvimento que se preze pela plena manutenção da qualidade de vida da população como um todo. Nesta lacuna aparece a escola, que representa em nossa sociedade o centro de produção e reprodução de conhecimentos científicos fundamentais para amparar a população nestas ações. É primordial que exista esta interação, e também é importante que a escola seja capaz de responder as demandas da população e esteja preparada para auxiliar a formação de cidadão que sejam capazes de perceber as situações em seu entorno e atuar sobre estes problemas.

Neste âmbito a Educação Ambiental (EA) aparece com papel de destaque, pois esta filosofia educacional, nas palavras de Reigota (1999, p.80), considera a escola um centro de questionamentos e de produção de alternativas sociais. Neste contexto, quando bem desenvolvida a EA pode auxiliar na formação de atores sociais capazes de interferir ativamente em sua realidade, promovendo o desenvolvimento local nos moldes expostos neste texto.

Desenvolvimento local: uma necessidade

A idéia de desenvolvimento ligado a racionalização do uso dos recursos e a garantia de justiça social ganharam muita força com a publicação do relatório intitulado Nosso Futuro Comum, publicado pela primeira vez em 1988, onde se discutiu os rumos de nossa sociedade e os problemas gerados pelo nosso modelo de desenvolvimento. Neste trabalho foram estabelecidos metas e alguns conceitos, sendo o mais importante a definição de desenvolvimento sustentável. Segundo este relatório o desenvolvimento sustentável é:

“é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional

se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1991)

Desta definição resultaram os princípios que deveriam ser adotados para garantir a sustentabilidade dos recursos e da sociedade. Merico (2001) descreve três premissas que, para ele constituem a essência da sustentabilidade. Segundo ele, tais premissas seriam a equidade intrageracional, a equidade intergeracional e a irreversibilidades e incertezas. A equidade intrageracional se refere à impossibilidade de se promover a sustentabilidade em uma sociedade com profundos desequilíbrios. Já a equidade intergeracional versa sobre o direito que as futuras gerações possuem de ter as mesmas oportunidades existentes hoje, por isso é fundamental a garantia de recursos para as gerações vindouras. A terceira premissa nos lembra que muitos fenômenos e processos naturais ainda não são compreendidos em sua plenitude, e por isso se torna impossível fazer uma previsão totalmente eficaz sobre o comportamento e reações do meio a alterações provocadas pelos nossos meios de produção. Desta forma, é fundamental considerar a capacidade de suporte e resiliência do meio às modificações que ocorrem no meio (MERICO, 2001).

A busca da sustentabilidade traz uma visão de desenvolvimento que supera o reducionismo e estimula um pensar e um fazer sobre o meio ambiente, os quais devem estar diretamente vinculados ao diálogo entre saberes, à participação social e aos valores éticos voltados para a equidade. Assim, a idéia de sustentabilidade implica a prevalência da premissa de que é preciso definir limites ao crescimento e delinear um conjunto de iniciativas que levem em conta a existência de participantes sociais relevantes e ativos por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo; o que reforça um sentimento de co-responsabilidade e de constituição de valores éticos (JACOBI, 2003).

No entanto, as definições apresentadas nos demonstram noções globais do desenvolvimento, assim como apontamentos gerais de como devem ser os processos de desenvolvimento orientados pela perspectiva da sustentabilidade. Optei, neste trabalho, por dar ênfase ao conceito de desenvolvimento local, por entender que este conceito é mais abrangente, já que sua definição abarca todas as premissas do desenvolvimento sustentável e ainda se sustenta no aproveitamento do potencial endógeno de uma comunidade, que pode ser visto como “motor” do desenvolvimento da mesma. Outro aspecto presente nas definições de desenvolvimento sustentável, mas que ganha realce no conceito de desenvolvimento local é a necessidade da participação dos membros da comunidade na construção do modelo de desenvolvimento para determinado local. É sobre esta participação da população que irei centralizar a discussão.

O conceito de desenvolvimento local se estrutura na idéia de que as localidades dispõem de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escalas não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. As estratégias e as iniciativas de desenvolvimento local propõem-se a estimular a diversificação da base econômica local. O desenvolvimento local/endógeno é um processo de crescimento econômico e de mudanças de paradigmas, liderado pela comunidade local ao utilizar seus ativos e suas potencialidades, buscando a melhoria da qualidade de vida da população.

Albuquerque (1998) confirma estas idéias definindo o desenvolvimento local como aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que, mediante o aproveitamento eficiente dos recursos endógenos disponíveis em uma zona determinada, é capaz de estimular seu crescimento econômico, criar emprego e melhorar a qualidade de vida duma comunidade local. Do ponto de vista da promoção da cidadania, só é aceitável uma

visão de desenvolvimento que coloque o ser humano e os interesses coletivos e das maiorias como ponto central, convergindo para a possibilidade de potencialização das capacidades de todos os indivíduos. Dessa forma, não é possível deixar de considerar fatores como qualidade de vida, socialização do poder, distribuição da renda e democratização do acesso aos serviços públicos, aos bens culturais e aos benefícios da tecnologia. Ou seja, não é aceitável um desenvolvimento que não esteja baseado na consolidação e extensão de direitos iguais para todos os grupos da sociedade. (DOWBOR, 1995). Apezato (2006) afirma que o desenvolvimento sustentável requer que a economia local apóie a vida e o poder da comunidade utilizando seus próprios recursos. Fica claro que as iniciativas de desenvolvimento local devem ser direcionadas e geridas pelas próprias comunidades, que devem estar preparadas para exercer tal autonomia.

As ações locais de desenvolvimento não podem ocorrer como monopólio do poder público. Este deve funcionar como um articulador e facilitador de ações, que só terão eficácia quando representativas de um projeto de desenvolvimento apropriado pela sociedade, no qual o poder público seja apenas um dos agentes envolvidos. Qualquer ação local de desenvolvimento deve ser organizada de maneira a garantir a afirmação de direitos iguais para todos os grupos da sociedade. Onde a cidadania não é um conceito absorvido e vivenciado pela maioria da população, se exige uma grande preocupação com a criação de uma cultura política democrática (DOWBOR, 1996). Para que esta idéia se sustente é necessário que as pessoas desenvolvam uma idéia de participação política e de percepção dos elementos constitutivos de seu espaço, sejam eles materiais ou não, desta forma é necessário a adoção de práticas educativas que tenham esta perspectiva.

Vale ressaltar que a localidade define o espaço de articulação e implementação das ações voltadas para o desenvolvimento, mas não pode confiná-lo, pois a questão da sustentabilidade da inclusão social representa o enfrentamento do paradoxo global-local. Assim, mais do que descobrir vocações, recursos e potencialidades locais, parte da estratégia de desenvolvimento local é a construção de um sistema local autônomo, porém mais integrado às redes globais. (SENHORAS, 2007). Sendo desta forma, a população deve participar ativamente desta construção, pois a mesma deve refletir aspectos locais. A participação cultural e política devem ser estimuladas e garantidas, sendo que estes valores devem ser coletivos, e não aprisionados a alguns membros da comunidade, por isso, como já colocado é tão necessário ter este sistema de difusão destes conhecimentos e práticas.

Dentro desta perspectiva fica claro que num processo de desenvolvimento local é fundamental ampliar a participação da população nos processos de tomada de decisões, levando-se em conta que, na maioria das vezes as escolhas implicam em renúncias e conseqüências que devem ser medidas por todos (APEZZATO, 2006). Cada escolha afeta todo o sistema de funcionamento da comunidade, desta forma é necessário que todos estejam preparados para uma participação ativa no sistema de tomada de decisões. É necessário que a percepção dos integrantes da população seja trabalhada o quanto antes para que todos consigam perceber e atuar sobre os problemas e pontencialidades de seu espaço. Estas habilidades podem e devem ser trabalhadas na escola, principalmente através da Educação Ambiental que possui potencial de gerar o ganho de percepção do ambiente de que tanto falamos, além de se caracterizar como uma educação politizadora que estimula a atuação na resolução de problemas e na constituição de ambientes com maior qualidade de vida para todos.

Educação Ambiental: discutindo algumas definições

Quando pensamos a evolução da espécie humana do seu surgimento no planeta até o ponto onde nos encontramos é impossível não dar atenção às mudanças produzidas pela nossa espécie no ambiente de uma forma geral. Nossos modos de produção foram sendo alterados buscando a máxima eficiência produtiva e o menor custo energético e posteriormente monetário. Quanto mais eficazes se tornavam estes meios de produção, maior degradação no meio e aos recursos naturais era causada, apenas uma pequena “taxa” a ser paga em nome do progresso. Grandes conquistas tecnológicas foram alcançadas, como melhorias no transporte, comunicações, medicina, construção de rodovias, técnicas mais eficazes de extração mineral, avanços significativos na construção civil, modernização da indústria automotiva entre muitos outros.

Porém, na década de sessenta, começaram a surgir questionamentos a cerca das conseqüências deste modelo para a qualidade de vida dos seres vivos do planeta, inclusive do homem. Várias evidências das conseqüências deste modelo de produção foram notadas, como expõe a Rachel Carson em sua obra clássica intitulada “Primavera silenciosa”:

“Pela primeira vez na história do mundo, cada um dos seres humanos esta agora sujeito a entrar em contato com substâncias químicas perigosas... Elas entraram e alojaram-se no corpo dos peixes, dos pássaros, dos répteis, dos animais domésticos e dos animais selvagens... Tudo isso acontece em conseqüência do surto repentino e do prodigioso crescimento da indústria...” (CARSON, 1962, p. 25-26).

Diante desta questão ficou latente que seria preciso uma grande mudança nos hábitos e na filosofia de vida dos humanos, desta forma a educação surge como potencial agente estimulador destas mudanças. Mas a educação tradicional era incapaz de conjugar os novos paradigmas necessários para uma compreensão correta dos fenômenos ambientais. Visto isso acaba surgindo uma nova modalidade de educação intitulada Educação ambiental que em suma, se define como um novo processo educacional capaz de inspirar mudanças profundas nos modelos de desenvolvimento, nos hábitos e comportamentos dos indivíduos e da sociedade, visando à busca de soluções coletivas para os problemas ambientais. Assim a Educação Ambiental deve se constituir como prática permanente e interdisciplinar, minimizadora de problemas ambiental e integradora das práticas sociais (DIAS, 2003).

A educação ambiental tem como objetivo transformar-se em uma filosofia educacional, que irá permitir a construção de comportamentos ambientalmente sustentáveis, permitindo a sobrevivência das gerações seguintes em igualdade de oportunidades com as gerações passadas, garantindo a sustentabilidade da existência humana

A Educação Ambiental, deve necessariamente gerar ações. Desta forma a EA possibilita o desenvolvimento e a escolha de estratégias de ação, que venham contribuir para a construção do processo de cidadania e para a melhoria da qualidade de vida da população (PELICIONI, 1998).

Educação Ambiental nas escolas

A primeira definição internacional de EA foi dotada pela IUCN em 1971. Esta definição se caracterizou por um aspecto bastante restritivo da Educação Ambiental, relacionada à conservação da biodiversidade e dos sistemas de vida. A Conferência de Estocolmo ampliou esta visão para outras dimensões do conhecimento até uma definição mais aceita pela

comunidade internacional formulada na Conferência de Tbilisi (1977). Segundo a Conferência de Tbilisi a EA deve ser definida como:

“Um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A Educação Ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhoria da qualidade de vida” (SATO, 2002, p. 23-24).

A definição de EA de Tbilisi se consolidou e é, ainda hoje, o principal referencial para a prática da Educação Ambiental no mundo, sendo que varias das definições posteriores sofrem grandes influencias deste encontro. As principais proposições de Tbilisi giram em torno das interações dos seres humanos entre si e como o meio e da responsabilidade de participação de cada um nas decisões e posturas em relação ao meio. Ficou definido de vez o caráter político da EA. Bertolucci et. al. (2005, p.39) defende esta forma política e participativa de se fazer Educação Ambiental em detrimento de uma EA que defende uma visão conservacionista quando afirma que

“A grande crítica que se faz a esta EA que vem se consolidando e que os autores aqui citados denominam de EA Conservadora é sua a despolitização e a não contextualização social, econômica e cultural. Há em sua prática um enfoque fortemente ecológico que, ao priorizar uma posição de produção e transmissão de conhecimentos e valores ecologicamente corretos, reforçar o dualismo sociedade-natureza existente. Peca ao não colocar o homem como sujeito responsável pela crise ambiental e sua solução. Enfim, é uma EA que está de acordo com a realidade socioambiental vigente e, por isto, é incapaz de transformá-la” (BERTOLUCCI et all., 2005, p. 39)

Portanto, seguindo os princípios propostos por Tbilisi, é difícil conceber uma EA desconectada de sua dimensão política, pois, como afirma Paulo Freire (1996, p.110) “a educação não vira política por causa da decisão deste ou daquele educador. Ela é política”. É claro que a educação não a única atividade politizadora e sensibilizadora para uma maior participação social, mas, como nos fala Loureiro (2004, p. 58): “a educação não é o único meio para a transformação, mas um dos meios sem o qual não há mudança”. Entendemos que o papel da educação e da EA vão além do educativo, alcançam o âmbito da participação social e política da sociedade. Desta forma a EA vai muito além do conservacionismo, tratando de reconstruir a mentalidade da sociedade em relação à qualidade de vida. Trata-se da construção de um modo de vida mais equilibrado com o contexto e suas várias dimensões (GADOTTI, 2000).

Candiani et. All (2004, p.76) reforça estes pensamentos quando afirma que:

“A Educação Ambiental deve ser acima de tudo um ato político voltado para a transformação social. Quando nos referimos à Educação Ambiental, estabelecemos uma educação para a cidadania; configurando-se como elemento determinante para a consolidação de sujeitos cidadãos. O desafio do fortalecimento da cidadania para a população como um todo, e não para um grupo restrito, concretiza-se a partir da possibilidade de cada pessoa ser portadora de direitos e deveres, e por conta disso converter-se em ator co-responsável na defesa da qualidade de vida” (CANDIANI et all., 2004, p.76).

A Educação Ambiental deve se ocupar, portanto, em gerar situações onde haja um estímulo da participação de cada um na construção do meio e onde cada reconheça o meio no qual vive, suas potencialidades e limitações. Avaliando as proposições colocadas até agora, podemos nos questionar sobre qual seria o melhor espaço para se realizar as práticas de EA. Na verdade ele pode ocorrer nos mais diversos locais, pois existem em nossa sociedade diversas instituições capazes de educar, como afirma a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2006), que considera existir processos educativos na família, no trabalho, nas instituições religiosas, nas organizações da sociedade civil e nos movimentos culturais. Dentre essas várias instituições, uma tem como principal finalidade a atividade educativa. Estamos falando da escola, instituição de papel central na formação dos cidadãos de todo o mundo. A grande maioria das pessoas passa, por um momento ou outro, pela escola, por isso esta instituição possui tanta relevância na reprodução e na produção de conhecimento em uma sociedade.

A educação, em si, pode ser entendida como as maneiras que são utilizadas para tornar comum, aquilo que é comunitário, como saber, idéias costumes e formas de trabalho. A educação é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam (BRANDÃO, 1991). Neste contexto podemos entender a escola como o local onde a prática da educação acontece de maneira formal e institucionalizada. Desta forma podemos observar que os temas da vida cotidiana, quando se encontram em amplo debate, acabam sendo incorporados pelo cotidiano escolar. Como exemplo deste fato podemos citar a questão ambiental e seus desdobramentos que, após anos de discussão em uma esfera informal, se tornou assunto essencial do currículo escolar atual, ganhando destaque nas matrizes curriculares de disciplinas como a Biologia, a Geografia e a Química. Por estes motivos é fundamental utilizar mecanismos que possam estimular no educando a participação na manutenção e melhoria das condições de vida de sua comunidade.

A EA nas escolas começou a ser efetivamente implantada no final da década de oitenta, o que nos leva a pensar que partir desta época os problemas ambientais já haviam se tornado uma real ameaça a manutenção da qualidade de vida do planeta. A institucionalização da EA seguiu o caminho de muitos outros temas, antes tratados na esfera da informalidade, como a questão do negro e da cultura Africana ou a questão sexual. Temas que passam a fazer parte do currículo formal normalmente já se encontram em amplo debater por anos, com é o caso da EA, e só então “integram” as práticas da escola formal.

Porém esta integração entre a EA e a estrutura escolar não se deu e não se dá de maneira simples e harmônica. Isto ocorre, pois a estrutura escolar tradicional está sedimentada sobre paradigmas que entram em conflito com as bases para a prática da EA. O aspecto interdisciplinar da EA é por muitas vezes o princípio que mais se choca com a estrutura escolar que temos hoje, pois esta consolidada no paradigma positivista. O meio ambiente é um conceito complexo como descreve Reigota (2007):

O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (REIGOTA, 2007, p.14).

Desta forma é importante a adoção de práticas interdisciplinares que sejam capazes de contemplar todos os fatores descritos por Reigota, e ai que residem grandes conflitos com a

atual estrutura escolar, que é baseada em uma lógica disciplinar. No início das discussões sobre a institucionalização da EA, esta correu o risco de se tornar uma disciplina do currículo, perdendo todo seu potencial holístico, crítico e questionador das nossas relações com a natureza, artes, conhecimento, ciência e com as pessoas que nos cercam (REIGOTA, 1999).

É importante lembrar que a EA deve “mexer” no contexto escolar, não como um conteúdo disciplinar, mas como uma *filosofia* de ensino voltada para as questões ambientais nas quais estamos envolvidos. A relação da escola, alunos e professores com o conhecimento é canalizada para o uso que fazemos dele e sua importância para nossa participação política cotidiana (REIGOTA, 1999).

Seguindo o pensamento acima percebemos que a EA deve se destinar gerar ações concretas a partir da participação da comunidade em sua realidade. A escola pode funcionar como detonador destas ações, o que em grande número de oportunidades não ocorre devido a situações como “a falta de aparatos materiais e organizacionais (incluindo aí distribuição de carga horária) e a ausência de formação direcionada para a Educação Ambiental” (UNESCO, 2006).

Apesar de haverem inúmeras dificuldades na implantação e prática da EA nas escolas, é impossível não ressaltar o papel destas instituições na formação de pessoas mais interessadas em garantir melhores condições de vida nos mais variados âmbitos. Na escola as pessoas prosseguem em um contínuo processo de socialização científica, cultural, comportamental e interpessoal. Hábitos desenvolvidos na vida escolar podem ser incorporados na vida adulta, estimulando a formação de uma população mais participativa e consciente de seus direitos e deveres. Observar estas qualidades é fundamental num processo de realização de EA em escolas, pois estas podem compensar as dificuldades que existem na real realização desta prática.

A Educação Ambiental como dinamizadora do desenvolvimento local: algumas considerações

Como foi possível perceber, o desenvolvimento local de uma região é um constructo coletivo, e desta maneira, deve ter o máximo de participação dos membros da população local possível. Desta forma pode-se também relacionar o desenvolvimento local à noção de cidadania, de participação no contexto social, e principalmente participação política. A dimensão política toma relevância neste âmbito devido à importância desta dimensão da participação de uma população. No âmbito político são tomadas as decisões e são direcionados os gastos públicos. É fundamental que os indivíduos se sensibilizem a esta importância da dimensão política da sociedade, pois indivíduos conscientes desta importância tendem a procurar e ocupar os espaços políticos que são fornecidos em sua realidade.

Para que a população seja agente do Desenvolvimento local é necessário que todos percebam seu local no contexto da comunidade, bem como suas interações com outros membros deste conjunto. A sensibilização e a percepção da influência de cada um nas condições de vida de uma comunidade são estágios prévios que podem levar estes indivíduos a ações que promovam a melhoria das condições de vida de maneira geral, fato que se constitui em um dos pilares do desenvolvimento local. Neste contexto a EA pode ter papel fundamental, pois se trata de uma prática educativa que prima por gerar sensibilização, ampliar a percepção e, o mais importante, estimular ações que visem minimizar os problemas ambientais e sociais. Deve-se ressaltar que, isto ocorre quando a EA é trabalhada de forma sistematizada e com

ações adequadas visando estes resultados. Seguindo as definições de EA citadas neste texto, fica claro o papel da EA em estimular a participação da comunidade em seu próprio contexto, pois é a própria comunidade quem vivencia seus problemas. A EA também se insere no processo de constituição de uma mentalidade cidadã onde cada um tem conhecimento de sua parcela no desenvolvimento sustentável de uma região.

Loureiro (2004) reforça esta idéia quando afirma que:

“A Educação Ambiental promove a conscientização e esta se dá na relação entre “eu” e o “outro”, pela prática social reflexiva e fundamentada teoricamente. A ação conscientizadora é mútua, envolve capacidade crítica, diálogo, a assimilação de diferentes saberes, e a transformação ativa da realidade e das condições de vida” (LOUREIRO, 2004, p.29)

Analisando a afirmação de Loureiro, se reforça a idéia do potencial transformador que a EA quando bem praticada pode ter, ficando claro que a EA pode representar uma forte ferramenta na promoção do desenvolvimento local de um modo geral. A EA não possui um local ou agente específico para sua promoção, porém, em nossa sociedade a instituição que tem a função de lidar com a educação como prioridade é a escola. Não quer dizer que as outras instituições sociais não exerçam esta função, mas quando são necessários saberes mais relacionados ao universo científico a escola aparece em primeiro plano. Na prática da EA o aprendizado de conceitos ligados às ciências é fundamental e por esse motivo é coerente e necessária sua prática no ambiente escolar, desde que respeitados seus princípios básicos. Outro fator diz respeito à importância da escola na nossa sociedade, visto que a mesma tem papel central nas comunidades e por isso todos acabam passando por ela pelo menos em algum momento de sua vida. É muito importante aproveitar esta realidade, pois é uma chance de se trabalhar toda uma geração de cidadãos, pois mesmo as pessoas que não se encontrem matriculadas na escola, sempre existem conhecidos de certa forma esta instituição serve de referência para várias questões que podem ter relação com a comunidade.

Uma alternativa para a promoção de uma EA que de fato seja capaz de formar pessoas aptas a participar ativamente dos processos é formar docentes de forma que eles estejam preparados para tratar destas questões. Uma pesquisa sobre Educação Ambiental na prática dos professores realizada pela professora Martha Tristão (2004) nos indica algumas situações sobre as quais é importante refletir. A primeira são afirmações de professores de ciências naturais que afirmam não receber a formação adequada para realizar um bom trabalho nas salas de aula. Mesmo com a existência das disciplinas específicas para a formação de professores a pesquisa obteve estes resultados. Resultados similares são encontrados nas pesquisas de Reigota (2007) sobre o conhecimento ambiental de professores de diversas disciplinas. Nesta pesquisa ficou constatado que grande parte dos docentes, inclusive aqueles com formação nas ciências naturais, possuem uma representação de meio ambiente ligada a aspectos naturalísticos e não percebem os outros elementos que também constituem o meio. A partir daí podemos sugerir que, as práticas de EA realizadas por eles não contemplam as dimensões social e política tão necessária para trabalhar o meio em sua complexidade, deixando a desejar quanto à formação de agentes do desenvolvimento local. Sendo assim é fundamental investir na formação inicial e continuada dos docentes, para que estes possam exercer seu papel de orientadores de aprendizado. Não só investir recursos, mas investir na transformação das propostas curriculares dos cursos de formação, visando contemplar a temática ambiental e proporcionar ao docente em formação saberes relacionados a esta temática. Outra vertente é ampliar o número de pesquisas sobre a formação docente envolvendo a temática ambiental, visto que existem constatações que o volume atual de

investigações neste recorte é insuficiente (CUNHA; TAVARES JR, 2010). Com o aumento do número de estudos na área poderíamos propor ações mais efetivas para realizar a reestruturação citada anteriormente, sendo que a discussão seria sempre retomada e os ajustes necessários poderiam ser feitos.

Uma pesquisa realizada pela UNESCO (2006) revela que há pouca interação entre Universidades e ONGs com a escola. A constituição de maior número parcerias destas entidades com as escolas pode ser fundamental para resolução de parte dos principais problemas apontados. Parcerias podem garantir recursos e formação para os integrantes da escola, o que pode minimizar os conflitos da sua prática no ambiente escolar. Desta forma é necessário que as escolas procurem construir esta rede de apoio em prol de suas práticas de EA. As Universidades por sua influência, e por deterem saberes científicos de várias naturezas, podem se constituir em um apoio fundamental quando a questão é o desenvolvimento local mediado pela Educação Ambiental. Não quero aqui afirmar que as instituições de ensino superior não participam deste processo, mas, baseado nos dados pesquisados, venho sugerir que esta participação seja intensificada, a fim de se aprimorar a prática da Educação Ambiental visando promover qualidade de vida e desenvolvimento local sustentável de comunidades.

Referências

ALBUQUERQUE, F. **Desenvolvimento econômico local e distribuição do progresso técnico: uma resposta às exigências do ajuste estrutural**. Fortaleza: ILPES, 1998.

APEZZATO, R. **Capacitação e desenvolvimento local sustentável: A experiência do projeto pé da Serra**. 2006. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Universidade de São Paulo, Piracicaba.

BERTOLUCCI, Daniela; MACHADO, Julia; SANTANA, Luiz C. Educação Ambiental Ou Educações Ambientais? As adjetivações da educação ambiental brasileira. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** v. 15, julho a dezembro de 2005. Disponível em< <http://www.remea.furg.br/edicoes.php>>. Acesso em: 10 de Jan. 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRANDÃO, Carlos R. **O que é educação**. 26 ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CANDIANI, Giovano; LAGE, Manoel; VITA, Samuel; SOUZA, Welington; FILHO, Wilson. Educação Ambiental: percepção e práticas sobre Meio Ambiente de estudantes do ensino fundamental e médio. **Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.** Rio Grande, v. 12, jun de 2004. Disponível em< <http://www.remea.furg.br/edicoes.php>>. Acesso em: 10 de Jan. 2009.

CUNHA, Ana Maria de Oliveira Cunha; TAVARES JR., Melchior José. A Educação Ambiental na formação inicial. In: CUNHA, Ana Maria de Oliveira et all. **Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica. 2010.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO – CMMDA. **Nosso futuro comum**. 2ed. Rio de Janeiro: FGV,1991.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental**: Princípios e práticas. 8. ed. São Paulo: Gaia, 2003. 551 p.

DOWBOR, L. Requisitos para um projeto de desenvolvimento local. **Dicas**, nº 53. São Paulo: Instituto Pólis, 1995

DOWBOR, L. A Intervenção dos Governos Locais no Processo de Desenvolvimento. In: BAVA, Silvio Caccia (Org.), **Desenvolvimento Local**. São Paulo: Pólis, nº 25, 1996, pp29-44.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. 28 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Peirópolis, 2000. 217 p.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , n.118, p. 189-206, 2003

MERICO, Luiz Fernando Krieger. Políticas públicas para a sustentabilidade. VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. (Org). **O desafio da sustentabilidade um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 251-262

SENHORAS, E. M. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local - As boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 2, p. 3-26, 2007.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade**. *Saude soc.* 1998, v. 7, n. 2, pp. 19-31.

LOUREIRO, Carlos F. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

REIGOTA, M. **A Floresta e a escola**: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez.1999.167 p.

_____. **Meio ambiente e representação social**. 7 ed. São Paulo: Cortez. 2007

SATO, Michele. **Educação Ambiental**. São Carlos: Rima, 2002.

TRISTÃO, Martha. **A educação ambiental na formação de professores**: redes de saberes. São Paulo: Annablume. 2004. 236p.

UNESCO. **O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?** Brasília: Secretária de Educação Continuada, 2006.